

**Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Ciências do Consumo
Curso de Bacharelado em Economia Doméstica**

Morgana Henrique Monteiro

**Políticas Públicas para as Mulheres:
avanços, limites e desafios.**

**Recife
2021**

**Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de Ciências do Consumo
Curso de Bacharelado em Economia Doméstica**

Morgana Henrique Monteiro

**Políticas Públicas para as Mulheres:
avanços, limites e desafios.**

Artigo apresentado como exigência à obtenção do
Grau de Bacharel em Economia Doméstica.

Orientadora: Prof^a. Dra Laurileide Barbosa da Silva

Recife

2021

Políticas Públicas para as Mulheres: avanços, limites e desafios.

Morgana Henrique Monteiro¹

Prof^a. Dra. Laurileide Barbosa da Silva²

Resumo

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa realizada em 2016, através do Programa de Iniciação Científica/PIC-CNPq/UFRPE, como exigência para equiparação ao Estágio Supervisionado Obrigatório do Bacharelado em Economia Doméstica. A referida pesquisa buscou identificar a direção social das políticas públicas para mulheres nos municípios de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes, de forma a promover a autonomia feminina. A metodologia utilizada foi a exploratória e teve como base a pesquisa bibliográfica e observação *in loco* da rotina dos locais de atendimento as mulheres, onde foram levantados dados sobre relações de gênero e autonomia feminina nos referidos municípios. Os resultados obtidos demonstram que as ações direcionadas para as mulheres se concentravam em serviços especializados no atendimento a mulher em situação de violência doméstica e/ou sexista e programas que possibilitem a autonomia econômica da mulher, seja ofertando cursos de qualificação profissional ou de empreendedorismo. Diante dos resultados apresentados foi possível afirmar que as políticas direcionadas para as mulheres se caracterizavam como políticas assistencialistas e, na conjuntura de ajuste fiscal precarizada, que precisavam avançar na direção de ações estruturantes, compreendendo e intervindo na problemática das mulheres no contexto mais amplo da totalidade da lógica do capital.

Palavras – chave: Mulheres; violência doméstica; políticas públicas.

Abstract

This article presents the results of the research finished in 2016, through the Scientific Initiation Program/PIC-CNPq/UFRPE, as a requirement for equivalence to the Estágio Supervisionado Obrigatório of the Bachelor's Degree in Home Economics. This research had the goal to identify the social direction of public policies aimed at women in the municipalities of Recife, Olinda and Jaboatão dos Guararapes, in order to promote female autonomy. The methodology used was exploratory and was based on bibliographical research and on-site observation of the routine of the places where women were cared for, where data on gender relations and female autonomy in those municipalities were collected. The results obtained show that the actions aimed at women were concentrated in services specialized in assisting women in situations of domestic and/or sexist violence and programs that enable women's economic autonomy, whether offering professional training or entrepreneurship courses. In view of the results presented, it was possible to affirm that the policies aimed at women were characterized as welfare policies and, in the context of the precarious era, they needed to advance towards structuring actions, understanding and intervening in the problem of women in the broader context of the whole of the logic of capital.

Keywords: Women; domestic violence; public policies.

¹ Estudante do Bacharelado em Economia Doméstica/UFRPE.

² Docente do Departamento de Ciências do Consumo/UFRPE, orientadora.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa realizada em 2016 pela estudante voluntária Morgana Henrique Monteiro, através do Programa de Iniciação Científica/PIC-CNPq/UFRPE, em atendimento as exigências para equiparação ao Estágio Supervisionado Obrigatório do Bacharelado em Economia Doméstica, como trabalho de conclusão de curso, conforme preconiza do Plano de Ensino Híbrido do Curso de Bacharelado em Economia Doméstica.

Neste sentido, será apresentado o referencial teórico utilizado na referida pesquisa, os objetivos propostos, os resultados alcançados com a pesquisa exploratória e as considerações finais obtidas a partir da análise dos dados.

1.1 - Aspectos históricos das desigualdades de gênero

Ao longo da história da humanidade estabeleceu-se uma ordem social que resultou em dominação e exploração da mulher pelo homem. Essa subordinação atravessou os tempos de formas diversificadas e persiste como força estruturante da sociedade até os dias atuais. Para compreender os processos que determinam essas desigualdades de gênero faz-se necessário situar historicamente as categorias do patriarcado, capitalismo e racismo que, de acordo com Saffioti (1987), se articulam e perpetuam a hierarquia das relações de poder dos homens em detrimento das mulheres.

Segundo Camurça (2007) o patriarcado se constitui como “um sistema de estruturas e práticas sociais em que os homens dominam, oprimem e exploram as mulheres”. Todavia, a autora faz uma subdivisão em seis categorias: a exploração do trabalho das mulheres por seus maridos; as relações no âmbito do trabalho remunerado; o Estado; a violência masculina; a sexualidade; e, finalmente, a cultura. Esse fenômeno da subordinação feminina é histórico e praticado de forma contínua, pois é parte estruturante de muitas culturas. Conforme Saffioti (2001) na categoria patriarcado usa-se o conceito de dominação-exploração, tendo em vista evidenciar as relações de poder dos homens sobre as mulheres. Isto permite visualizar que a dominação não está presente somente na esfera doméstica, tampouco apenas no âmbito trabalhista, na mídia ou na política, compõe a dinâmica social como um todo, estando,

inclusive, no inconsciente de homens e mulheres, enquanto categorias sociais que estruturam sua identidade e estabelecem relações mútuas.

Mesmo sendo o patriarcado historicamente anterior ao capitalismo é nesse sistema socioeconômico que as relações de exploração se dão com maior intensidade, pois as mudanças nos padrões culturais de consumo e do papel social das mulheres fizeram com que cada vez mais se voltassem para o trabalho remunerado. Essa inserção no mercado de trabalho não veio acompanhada de mudanças estratégicas na esfera domiciliar em que a mulher é responsável. Cabe ainda a mulher o cuidado com familiares, o que lhe ocasiona uma sobrecarga de trabalho.

Outro aspecto concernente ao capitalismo é a ocupação da maioria das mulheres em postos de trabalho precários ou informais, que por consequência geram remunerações menores que a dos homens. De acordo com o IPEA (2013b), esses aspectos fazem com que na classe social desfavorecida as mulheres sofram de forma mais peculiar e ocupem permanentemente a base da hierarquia social, produzindo um processo chamado feminização da pobreza.

1.2- Surgimento das políticas para mulheres no mundo e no Brasil

A partir dessa perspectiva de desigualdade de gênero e exploração feminina, surgiram os movimentos organizados de mulheres que deram início a uma série de reivindicações que proporcionassem a igualdade de gênero e retirassem a mulher da sua condição de subalternidade. Esses movimentos proporcionaram profundas mudanças no *status quo* das relações de gênero. São avanços tais como: o direito ao voto, direito ao aborto (embora ainda regulado pelo Estado), acesso aos métodos contraceptivos, promulgação das leis de proteção à mulher, contra o assédio sexual e contra o estupro. Há também os avanços nas leis trabalhistas, como a licença maternidade e a determinação de salários iguais, tanto para homens, como para mulheres que exerçam a mesma função.

Os espaços de diálogos entre governo e sociedade civil têm ampliado a visibilidade do tema relações de gênero, esclarecendo à sociedade sobre a realidade em que se encontram as mulheres em quase todos os países do mundo, realidade essa de discriminação e subalternidade. Com o intuito de

alcançar níveis equitativos nas relações de gênero e proporcionar maior igualdade de oportunidades para mulheres e meninas em todo o mundo metas e indicadores foram estabelecidos a partir de encontros organizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e são referências para que alguns pontos prioritários de trabalhos e ações sejam estabelecidos para o avanço da igualdade de gênero em todos os países. Um dos mecanismos usados para alcançar essa equidade é promover a autonomia da mulher, que consiste em realçar a importância de que a mulher adquira o controle sobre seu desenvolvimento, devendo o Estado e a sociedade criar condições para tanto e apoiá-la nesse processo.

Um dos documentos de referência é a “Declaração e Plataforma de Ação de Pequim”, que foi gerado na Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres realizada em 1995 pela ONU, considerada um marco no processo para promover a igualdade de gênero, onde o Brasil teve participação ativa. Outro importante documento são os *Oito Objetivos do Milênio* que se constituem de metas estabelecidas pela ONU no ano de 2000, com o apoio de 191 países, com principal intuito de promover a dignidade humana, particularmente da mulher.

Todos os objetivos convergem para promover melhor qualidade de vida para as mulheres em todo o mundo, uma vez que focam a redução da extrema pobreza, fazendo com que a humanidade viva dignamente e exerça sua cidadania. Dentre os oito objetivos podemos destacar: o objetivo 3 - Igualdade entre sexos e valorização da mulher e o 5 - Melhorar a saúde das gestantes que objetiva reduzir a mortalidade materna. Ambos os documentos servem para orientar governos na formulação de políticas e implementação de programas que possibilitem a autonomia das mulheres.

Para minimizar as desigualdades de gênero o Estado e instituições não governamentais buscam constituir políticas públicas com o propósito de gerar planos, metas e ações que visem a solução de problemas que são de interesse público e que promovam o bem-estar da sociedade como um todo. Essas políticas podem ser geradas pelos governos nas esferas Federais, Estaduais ou Municipais. Assim, as ações governamentais fizeram inclusão da perspectiva de gênero que são voltadas ao enfrentamento das desigualdades entre homens e mulheres e à garantia dos direitos e da autonomia das mulheres. Para Lisboa (2010) “as próprias mulheres têm sugerido uma variedade de propostas,

programas e ações alternativas para os problemas sociais contemporâneos, derivados das opressões de gênero e de suas disparidades e iniquidades como: a injustiça, as violências, a pobreza, a ignorância e a insalubridade”, demonstrando com isso a expectativa de que as políticas possam atender às suas necessidades.

Para consolidar os direitos das mulheres, em 2003 foi fundada no Brasil a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) que junto com outros mecanismos nacionais buscaram cumprir as agendas estabelecidas pela ONU. A SPM possui quatro eixos de intervenção: 1 - Autonomia econômica, inclusão social e produtiva; 2 - Infraestrutura social no meio rural e urbano, fortalecimento e criação de equipamentos sociais como creches, lavanderias e restaurantes populares; 3 - Cidadania e garantia dos direitos, educação das mulheres, inclusão, direito ao lazer, à cultura e aos esportes e 4 - Direito à saúde integral da mulher, reduzir a mortalidade materna e combate à violência.

O objetivo da SPM era incluir a perspectiva de gênero de forma transversal, e não mais em ações pontuais. Para isso articulava-se com todos os ministérios para que as políticas criadas fossem efetivadas, bem como também com governos estaduais e municipais. A SPM colecionou, ao longo deste período, importantes conquistas, tais como: a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), o lançamento de três edições do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a promulgação da Emenda Constitucional nº 72/2013 (conhecida como PEC das domésticas), que amplia os direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas e a Lei do Feminicídio (Lei 13.014/15) que é uma modalidade de homicídio qualificado, quando o crime for cometido contra a mulher em razão da sua condição de sexo feminino.

Por outro lado, a crise econômica, agravada pela crise ético-política, que se estabeleceu no país desde o ano de 2015 repercutiu de forma negativa na estrutura da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Tal secretaria perdeu seu status de ministério e passou por duas consideráveis reformas administrativas, sendo a primeira em outubro de 2015 através da Medida Provisória 696 que extinguiu a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e criou o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, posteriormente a medida foi transformada na Lei 13.266 de 5 de abril de 2016.

Em de abril de 2016 entra em cena o processo de *impeachment* da Presidente da República Dilma Rousseff, dando início a um retrocesso no que se refere as políticas públicas direcionadas para as mulheres. Com o estabelecimento do Governo Interino houve uma reestruturação institucional, com o objetivo de amortecer a crise financeira do Estado, a situação do recém-criado Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos se agrava, pois, o mesmo é extinto através da Medida Provisória 726 de 12 de maio de 2016 e suas competências são transferidas para o Ministério da Justiça e Cidadania.

Essa extinção tem causado preocupação e significativas manifestações, principalmente por parte das mulheres e instituições que sempre estiveram na luta por medidas de justiça social para eliminar as desigualdades de gênero estabelecidas em nossa sociedade. Além disso, outro fato que manifesta um retrocesso na luta pela inserção das mulheres na política foi a falta de nomeação de mulheres para a cúpula administrativa dos ministérios do governo interino que se estabeleceu desde abril de 2016. Esta conjuntura nacional teve significativos rebatimentos nos estados e municípios que buscam combater as desigualdades de gênero, tal como será destacado no tópico a seguir.

1.3- Desenvolvimento das políticas para mulheres em Pernambuco

Seguindo a perspectiva federal, o Estado de Pernambuco criou em 2007 a Secretaria da Mulher de Pernambuco (SecMulher-PE), que tem por missão promover os direitos sociais e levar à sociedade ações de reparação e atenção especializada às mulheres no Estado. O objetivo da secretaria é formular, desenvolver, articular, coordenar, apoiar e monitorar políticas públicas para promover a melhoria das condições de vida das mulheres em Pernambuco.

As ações promovidas ao longo dos últimos dez anos de existência proporcionaram prêmios e distinções de importantes instituições como a ONU, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Presidência da República. A atuação da secretaria é orientada pelo Programa de Governo de Pernambuco, as propostas das Conferências Estaduais de Políticas para as Mulheres e as recomendações do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Dentre as iniciativas da Secretaria está a Política de Empoderamento das Mulheres e Descentralização das Ações de Gênero em que visa fortalecer as estruturas municipais para que promovam o empoderamento das mulheres na sua localidade. Além disso, busca garantir as condições para promoção da igualdade de gênero, com destaque para as mulheres que estejam em condições de vulnerabilidade. Essa política é orientada por três programas, a saber: 1 - Municipalização e Empoderamento das Mulheres, 2 - Reforço Estratégico para as Mulheres Rurais e 3 - Reforço Estratégico para as Mulheres Urbanas da Região Metropolitana. Dentre as ações estava previsto o apoio a criação de Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres (OMPM), participação em eventos municipais com palestrantes ou apoio técnico, apoio a implantação e assessoria de Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres (COMDIM) e realização de Encontros Semestrais do Fórum Estadual de Gestoras Municipais.

1.4- Limites e desafios das políticas públicas destinadas para as mulheres na conjuntura de ajuste fiscal

Apesar dos vários avanços descritos anteriormente ainda falta muito para se alcançar um real reconhecimento econômico e de igualdade das mulheres. Essas mudanças ocorrem em um contexto marcado por contradições e disputas sobre visões de desenvolvimento e de relações de gênero.

Neste sentido, dados revelam que as mulheres estão permanentemente em situações de desvantagens e que são submetidas diariamente à violência, opressão e discriminação, especialmente dentro do espaço doméstico. Segundo o Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada - IPEA (2014) apesar da existência de uma avançada legislação que objetiva proteger as mulheres, ainda são rotineiros os casos de agressão e mesmo os de assassinato provocados por companheiros ou ex-parceiros, ações essas intrinsecamente relacionadas à cultura do patriarcado. De acordo com o IPEA (2015) no Brasil, entre 2001 a 2011, ocorreram mais de 50 mil Femicídios, que são aqueles crimes cometidos contra as mulheres em razão da sua condição de ser do sexo feminino.

Segundo a Organização para Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2015) o salário médio de uma mulher brasileira, com

educação superior, representa cerca de 62% em relação ao salário masculino com a mesma escolaridade, sendo o Brasil a ocupar a primeira posição em relação a esse quesito. A pesquisa foi realizada em 46 países e demonstra que os dados ratificam as desigualdades existentes no âmbito do trabalho entre homens e mulheres. O IPEA (2013) ressalta, ainda, que o trabalho doméstico não remunerado, por seu turno, segue sendo pouco compartilhado no interior das famílias o que sobrecarrega a jornada de trabalho da mulher, impondo uma série de limites à presença das mulheres em outras esferas da vida pública.

Além dos aspectos já mencionados o governo federal, em exercício desde o impeachment de Dilma, sinaliza um processo de ajustes fiscais que contemplam cortes nas políticas sociais, particularmente nas políticas públicas destinadas para as mulheres. Tal redução prevê diminuir as equipes e os recursos financeiros destinados para essas políticas, inclusive incorporando a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em outras secretarias.

Diante do exposto questiona-se: porque, mesmo com tantos avanços na legislação e nas ações desenvolvidas para combater as desigualdades de gênero, ainda é evidente a expressiva as desigualdades entre os sexos? Qual a direção que as políticas públicas para as mulheres assumem no contexto de crise do capital e ajuste fiscal?

A partir desses questionamentos evidencia-se o fato de que há no desenvolvimento desse processo elementos contraditórios e de resistência na construção das políticas para as mulheres. Neste sentido, no período de agosto de 2015 até julho de 2016, foi desenvolvida a pesquisa Políticas Públicas para as Mulheres: avanços, limites e desafios; com o objetivo de caracterizar o contexto de construção dessas políticas e qual direcionamento está sendo assumido. O objetivo desta pesquisa foi investigar qual a direção social que as políticas públicas para as mulheres estão assumindo no contexto de ajuste fiscal, considerando seus impactos sobre as desigualdades de gênero, sobre o processo de autonomia das mulheres, no período de agosto de 2016 até julho de 2017.

2- OBJETIVOS

2.1 Geral:

Analisar a direção social que as políticas públicas para as mulheres assumem no contexto de ajuste fiscal da Cidade e Região Metropolitana do Recife –PE.

2.2 Específicos:

1 – Caracterizar as políticas públicas direcionadas para as mulheres no contexto de ajuste fiscal dos municípios de Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Recife;

2 – Identificar qual a direção social que as políticas públicas para as mulheres assumem diante da conjuntura de ajuste fiscal.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa exploratória e teve como base pesquisa bibliográfica e a observação *in loco* da rotina dos locais de atendimento as mulheres que estavam em situação de vulnerabilidade, onde foram levantados dados sobre relações de gênero e autonomia feminina, construção histórico-social da subordinação das mulheres e sobre a interseccionalidade entre gênero, classe e raça.

Para caracterizar as políticas direcionadas para as mulheres foi utilizada a técnica de análise de conteúdo (BAUER e GASKELL, 2003; RICHARDSON, 2009). Esta técnica consiste na análise de texto para relacionar o formalismo estatístico e a análise qualitativa dos materiais coletados. Segundo Bauer e Gaskell (2003: 190) "no divisor quantidade/qualidade das ciências sociais, a análise de conteúdo é uma técnica híbrida que pode mediar esta improdutiva discussão sobre virtudes e métodos".

Inicialmente foram realizados contatos com a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado de Pernambuco para subsidiar as observações advindas da rotina dos órgãos públicos que estão diretamente relacionadas com as políticas públicas para as mulheres, afim de obter maiores informações sobre quais políticas estão sendo executadas para a promoção da autonomia feminina no Estado de Pernambuco, especialmente nos municípios de Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Recife.

Entre os meses de agosto a dezembro de 2016 foi realizado o trabalho de atualização e pesquisa bibliográfica sobre relações gênero e autonomia feminina como proposto no plano de trabalho da voluntária. As fontes utilizadas, em sua maioria, estavam disponíveis on-line, mas também impressas e nos municípios visitados. Os bancos de dados on-line se constituíram do portal acadêmico do Google, bem como nos seguintes endereços eletrônicos: das Secretarias Nacional e Estadual da Mulher, Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes, Recife e Olinda, ONU Mulheres e SOS Corpo.

As principais fontes institucionais impressas foram: Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil (IPEA, 2014) Anuário da Secretaria da Mulher de Pernambuco (SECRETARIA DA MULHER DE PERNAMBUCO, 2015), Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda (IPEA, 2013), O progresso das mulheres no Brasil 2003-2010 (ONU MULHERES, 2011) e Cadernos de crítica feminista (SOS CORPO, 2007), bem como os relatórios da secretarias dos municípios acima mencionados. Todo esse material foi relacionado com as observações e registros dos diários de campo no momento das observação das rotinas dos locais que atendiam as mulheres no respectivos municípios.

Todas as fontes possibilitaram o acesso a informações relevantes sobre relações de gênero, a construção histórico-social da subordinação das mulheres e sobre a interseccionalidade entre classe, gênero e raça. Constata-se através dos dados que a mulher, pobre e negra está em situação de maior vulnerabilidade em relação a outras mulheres, pois as mesmas costumam ocupar postos de trabalhos mais precários. Como afirma o IPEA (2014), as mulheres negras estão sobre representadas nos serviços sociais de forma geral, incluindo as funções domésticas, de saúde e de educação, que reforçam a função do cuidado e os papéis de mulheres e de trabalho manual. Muitos desses vínculos empregatícios são frágeis, o que dificulta a saída dessas mulheres da condição de pobreza.

Além da atualização e pesquisa bibliográfica houve debates acerca do material técnico-científico identificados nos bancos de dados on-line e nos materiais impressos. Esses debates ocorreram de forma programada em horários previamente acordados entre a orientadora. Em meio aos encontros entre a estudante e a orientadora foram estabelecidos contatos com profissionais de órgãos públicos que estão diretamente relacionadas as políticas públicas direcionadas para as mulheres a fim de obter maiores informações sobre quais medidas estavam sendo tomadas para a promoção da autonomia

feminina no Estado de Pernambuco e no município de Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Recife.

A escolha dos municípios de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes, para a coleta de dados, se deve pela relevância sócio-econômica e política desses municípios no Estado de Pernambuco e por apresentarem no seu organograma secretarias direcionadas para a construção de políticas públicas para as mulheres.

No período da coleta de dados, realizado entre os meses de agosto a dezembro de 2016, enfrentamos sérios problemas na execução da pesquisa. Os municípios estavam em pleno período de campanha eleitoral, eleições e processo de transição para as novas gestões. Mesmo os municípios que continuaram com a mesma gestão sofreram significativos cortes orçamentários, decorrentes da política de ajuste fiscal implementada pelo então governo interino, assim como mudaram suas equipes de execução por conta da finalização de muitos contratos.

Além disso, a UFRPE foi ocupada por estudantes que reivindicavam posicionamentos da comunidade acadêmica acerca da política de precarização das políticas públicas, levando a reboque o corpo docente para o movimento paredista. A situação se agravou quando a discente voluntária Anna Paula Lopes de Macêdo solicitou a saída do projeto (por motivos financeiros, já que é exigência do PIC ter dedicação exclusiva, sem nenhum vínculo empregatício ou a outro programa com remuneração, para desenvolver as atividades de pesquisa) e tivemos que substituir a voluntária pela aluna Morgana Henrique Monteiro, iniciando todo o processo de leitura, debate, reflexão, engajamento da aluna no desenvolvimento da pesquisa.

Diante da referida conjuntura concentramos nossos esforços na busca de documentos que tratasse das políticas públicas direcionadas para as mulheres nos municípios de Jaboatão dos Guararapes, Recife e Olinda. Tivemos acesso aos relatórios das atividades desenvolvidas no período de 2012-2015 e realizamos observações com as equipes das secretarias para mulheres dos referidos municípios. Foram observadas as atividades que estavam sendo direcionadas para as mulheres (como por exemplo: as aulas e encerramento dos cursos de qualificação, o banco da mulher, o coletivo mulheres produtivas, feira de artesanato, dentre outras ações). Os dados advindos das observações in loco foram registrados no diário de campo e depois categorizados para efetuar a análise de conteúdo.

Para análise do *corpus* da pesquisa foi técnica de análise de conteúdo. No processo de análise dos documentos, bem como nos diários de campo, buscamos

identificar os conteúdos mais evidentes e recorrentes. Dentre os conteúdos identificamos as ações direcionadas para as mulheres em situação de violência, tanto doméstica quando sexista, ações de qualificação e de incentivo ao empreendedorismo.

3. Resultados e Discussões

3.1 - Políticas públicas para mulheres em Recife

O município de Recife, segundo o IBGE de 2010, possui uma população de 1.537.700 habitantes, constituindo a maior população do Estado de Pernambuco. Desse total da população 709.819 (46%) são de homens e 827.885 (54%) de mulheres. Neste município teve-se a oportunidade de realizar uma visita ao Centro de Referência Clarice Lispector. A instituição é responsável por acolher e orientar mulheres, de forma sistemática, em situação de violência doméstica e/ou sexista.

O Centro é coordenado pela Prefeitura do Recife por meio da Secretaria da Mulher, as mulheres são acolhidas de forma qualificada por uma equipe multidisciplinar de psicólogas, assistentes sociais, advogadas e educadoras sociais, os casos são acompanhados e referenciados para rede municipal de proteção à mulher.

O espaço desenvolve ações voltadas à prevenção e assistência, com o objetivo de promover autonomia e empoderamento feminino contribuindo para o resgate da sua cidadania e superação da violência doméstica. De acordo com a equipe que nos atendeu cerca de 1.000 mulheres foram atendidas na instituição no ano de 2016. Um dos fatores apontados como limitadores para que as mulheres não deixem a situação de violência é a falta de renda e que entre essas mulheres muitas possuem habilidades e que a instituição desenvolve ações que possibilitem que as mesmas possam realizar atividades que lhe dêem retorno financeiro e possam alcançar determinada autonomia.

3.2 - Políticas públicas para mulheres em Olinda

Em Olinda, a população total é em torno de 390.144 habitantes, deste total cerca de 174.700 representa a população masculina, enquanto a população feminina é em torno de 203.000. De uma forma geral, tal como nos municípios de Jaboatão dos Guararapes e Recife, em Olinda existem mais mulheres do que homens. Sendo a população composta de aproximadamente 54% de mulheres e 46% de homens.

Neste município realizou-se visita ao Centro de Referência e Atendimento à Mulher – Márcia Dangremon (CRAM), que oferece apoio às mulheres em situação de violência doméstica/sexista. O Centro, gerido pela Prefeitura do Município de Olinda, conta com um quadro de funcionários qualificados: uma psicóloga para lidar com o emocional e o psicológico das mulheres, advogada que as acompanha, além de uma educadora social. Também realiza ações preventivas em escolas, Policlínicas, palestras em comunidades, confecção de material como cartazes, faixas, cartilhas e folders para conscientização da Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340.

Em casos mais sensíveis, tal como ocorre nos outros municípios, o Centro também encaminha a vítima para programas estaduais de abrigo que buscam garantir segurança e amparo, não apenas para as mulheres, mas também para seus/suas filhos/as. Oferece, ademais, cursos de segurança e aproveitamento alimentar, empreendedorismo e customização de tecidos para decoração, em parceria com SENAI e SEBRAE. Estas ações buscam proporcionar às mulheres oportunidades de capacitação e inserção em melhores condições econômicas e de mercado de trabalho.

Algumas mulheres que estiveram em situação de violência doméstica e que se conheceram através das ações do CRAM, formaram em 2006 a Rede Mulheres Produtoras de Olinda, unindo-se para a confecção e venda de artesanatos na Praça do Carmo, tornando-as autônomas e buscando o fortalecimento das mulheres artesãs da cidade.

Dentre os três municípios pesquisados, o que ganha destaque é o município de Jaboatão dos Guararapes, inclusive esse município é referência no estado de Pernambuco quando se trata de ações direcionadas para as mulheres, particularmente aquelas direcionadas para capacitações e o empreendedorismo.

3.3 - Políticas públicas para mulheres em Jaboatão dos Guararapes

O município do Jaboatão dos Guararapes está localizado na Região Metropolitana do Recife, segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 possuía uma população de aproximadamente 644.620 habitantes, constituindo a segunda maior população do Estado de Pernambuco. Desse total da população cerca de 47% eram de homens e em torno de 53% de mulheres.

Para atender as demandas de gênero no município de Jaboatão dos Guararapes, seguindo uma perspectiva não apenas estadual, mas também federal, o município fundou em 2009 a Secretaria Executiva da Mulher (SEEM) com o intuito de desenvolver políticas públicas que proporcionem a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, revertendo as desigualdades de gênero. A missão da SEEM é contribuir para o empoderamento sócio-político e econômico das mulheres como estratégia de enfrentamento a violência doméstica e sexista. O compromisso da Secretaria é direcionar políticas prioritariamente, para as mulheres, em especial, para a população menos privilegiada.

Para nortear as políticas direcionadas à população feminina do município, em 2012 foi elaborado o I Plano Municipal de Políticas para as Mulheres do Jaboatão dos Guararapes, com perspectiva de médio prazo, que é orientado pelos 10 eixos do II Plano Nacional de Política para as Mulheres, bem como por documentos elaborados e disponibilizados pela Secretaria da Mulher de Pernambuco (SecMulher) e a III Conferência da Mulher “Construindo Uma Nova Vida”.

O documento trata de um plano de governo, a nível municipal, que envolve tanto a participação de diversas secretarias e órgãos, quanto prevê o estabelecimento de parcerias com representantes da sociedade civil. O objetivo do Plano é contar com propostas que permitam a elaboração de ações a serem desenvolvidas em favor das mulheres que residem em Jaboatão dos Guararapes, assim como traçar o perfil das mulheres para que essas políticas sejam efetivadas de acordo com suas características socioeconômicas.

Dada a amplitude dos 10 eixos que orientam as políticas para as mulheres no município escolheu-se especificamente o primeiro e o quarto para análise neste trabalho, pois estes são os que mais se relacionam com os objetivos da pesquisa, que são: 1º- A autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social e 4º - Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres. Através desses dois eixos buscou-se informações sobre quais ações estão sendo executadas no município do Jaboatão dos Guararapes, que promova a autonomia feminina de forma a intervir na sua condição de dominação-exploração.

Como forma de minimizar as desigualdades relacionadas a divisão sexual do trabalho, o município desenvolveu ações que visavam proporcionar as mulheres oportunidades que favorecessem sua autonomia econômica e financeira através da sua inserção no mercado de trabalho, de forma mais igualitária e justa.

Entre as ações identificadas temos o Programa de Qualificação Profissional “Construindo uma Vida Nova” – QUALI. O objetivo deste programa é qualificar mulheres que estejam em situação de vulnerabilidade social através do curso de Auxiliar da Construção Civil, que é composto pelos módulos de pintura de ambientes internos e externos e pedreira de alvenaria e acabamento. O município considera essa ação inovadora, no sentido de quebrar o paradigma relacionado a área da construção civil, a qual as mulheres não são contempladas, devido a exigência da força física necessária a esses postos de trabalho que historicamente são ocupados por homens.

Muito embora as ações que visem quebrar paradigmas sejam pertinentes para proporcionar autonomia às mulheres, sabe-se que a função de auxiliar de pedreiro é classificada como precária e de baixa remuneração, tendo em vista que na hierarquia organizacional fazem parte do nível operacional, sendo o próprio homem muitas vezes discriminado por realizar essa atividade, que não apresenta nenhum *status* dentro da estrutural social capitalista da qual fazemos parte.

Essas funções, executadas no nível operacional, não requerem grau de escolaridade elevado, o que corrobora com a permanência das mulheres em postos de trabalho precários e não lhe proporciona oportunidades concretas de autonomia e superação da pobreza, embora seja um conhecimento importante para a desvinculação da construção civil como espaço próprio dos homens.

Outra ação desenvolvida pelo município direcionada para o público feminino é a Rede de Mulheres Empreendedoras, que auxilia as mulheres na carreira do empreendedorismo para que sejam responsáveis por sua autossuficiência. No ano de 2015, de acordo com os dados da Secretaria Executiva da Mulher (SEEM), havia 497 mulheres inscritas no Programa. A iniciativa conta com a parceria da Agência de Fomento do Estado de Pernambuco (AGEFEPE), que tem por missão promover e financiar o empreendedorismo, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de Pernambuco. Outra forma de apoiar a autonomia econômica das mulheres é através da Feira Feminina Solidária, que oportuniza as artesãs que fazem parte da Rede de Mulheres Empreendedoras a divulgação e comercialização de seus produtos.

No ano de 2015 foram realizadas 27 edições com 85 mulheres expositoras (SEEM-2015). Como forma de consolidar e apoiar o desenvolvimento dessas atividades econômicas acima mencionadas, o município de Jaboatão dos Guararapes, fundou em 2013 o Banco da Mulher, que é uma parceria com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para oferecer microcrédito orientado, com taxas e juros mais baixos do que os praticados no mercado. O objetivo é promover oportunidades para que as mulheres fomentem o próprio negócio e melhorem sua condição de vida. A prioridade são as mulheres chefes de família, uma vez que a sua responsabilidade com o sustento familiar é de maior relevância. De acordo com dados da SEEM, no ano de 2015, foi aportado um valor de R\$ 157.772,00 para um total de 124 mulheres, o que daria uma média no valor de R\$ 1.272,35 para cada financiamento.

Estas ações indicam que apesar da oportunidade de qualificação e desenvolvimento de habilidades percebe-se que os cursos ofertados corroboram com a permanência das mulheres em postos de trabalho precarizados e funções estigmatizadas como femininas as quais não lhes proporcionam oportunidades concretas de autonomia econômica e superação das desigualdades de gênero.

No que se refere às ações sobre empreendedorismo é possível verificar que estas funcionam como um mecanismo de inserção destas mulheres num contexto mais amplo do sistema capitalista e de precarização do trabalho, pois se constituem como uma articulação para repassar às mulheres a responsabilidade de suprir as necessidades da família, ao mesmo tempo em que desmobiliza politicamente as mulheres na luta pelos direitos sociais, tais como: educação, saúde, lazer, dentre outros.

No âmbito do enfrentamento à violência contra a mulher o município trabalha de forma a garantir os direitos das mulheres no que se refere a sua integridade física e sua autonomia. A Secretaria Executiva da Mulher vem realizando diversas ações direcionadas à mulher vitimizada, tais como a Estruturação da Rede Especializada de Atendimento à Mulher, a instalação do Plantão da Delegacia Especializada da Mulher nos finais de semana, bem como o serviço de acolhimento para mulheres em situações de risco. Também são realizadas atividades preventivas para assegurar os direitos das mulheres, através de ações socioeducativas, com distribuição de material informativo, com foco na prevenção à violência de gênero, além da divulgação dos serviços que são oferecidos na Rede Especializada de Atendimento à Mulher.

Essas ações de conscientização são realizadas através de Rodas de Diálogo, Abordagem Dirigida, Maria da Penha vai à Escola, Maristela Just vai aos Bairros, dentre outras. O município conta com Centro de Referência da Mulher Maristela Just (CRMMJ), um espaço que oferece serviços de atendimento psicossocial, orientação jurídica e outros encaminhamentos para mulheres que sofrem algum tipo de violência doméstica e familiar e que contribui para o fortalecimento e resgate da sua cidadania. Dentre os dados apresentados pela SEEM, entre 2009 e 2015, foram realizados 1605 atendimentos no CRMMJ e 232 acolhimentos inicial/Social no ano de 2015 (SEEM- 2015). Das mulheres atendidas 60% delas se declaram negras e pardas e que até novembro de 2015 foram solicitadas 725 medidas protetivas, um aumento de 49% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esses dados corroboram para a necessidade das políticas implantadas em defesa das mulheres e que esse problema ainda está longe de ser erradicado.

De uma forma geral os três municípios relataram os cortes no orçamento, a redução das equipes e a reestruturação na organização, isto repercutiu significativamente nas ações junto às mulheres, ou seja, no ano de 2016 as ações desenvolvidas junto as mulheres tiveram foco no combate a violência (seja ela doméstica ou sexista).

Diante do exposto pode-se perceber que as políticas para as mulheres seguem na direção de ações pontuais, transitórias e vulneráveis aos ditames governamentais. Estas ações de caracterizam como políticas precárias, assistencialistas que se limitam a garantir um mínimo necessário para a vivência na mulher, não a transformação da sua condição de vida, na direção da autonomia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto foi possível verificar a relevância da existência de Secretarias específicas para as mulheres, seja em âmbito nacional, estadual ou municipal, que desenvolvem políticas públicas prioritariamente para as mulheres. Políticas essas que se fazem necessárias em virtude de todas das circunstâncias que propiciam as desigualdades entre homens e mulheres na construção histórico-social da sociedade brasileira.

Considerando os resultados apresentados é possível afirmar que as políticas direcionadas para as mulheres se concentram principalmente nas ações direcionadas para aquelas que se encontram em situação de violência e são caracterizadas como políticas assistencialistas. Algumas estatísticas demonstram que algumas mudanças já ocorreram, mas que muito ainda precisa ser realizado para além da imprescindível transformação cultural que se faz necessária para a promoção da igualdade de gênero.

Na conjuntura de ajuste fiscal ações dessa natureza se caracterizam como precarizadas, que precisam avançar na direção de ações estruturantes, compreendendo e intervindo na problemática das mulheres no contexto mais amplo da totalidade da lógica do capital, tendo em vista uma sociedade mais justa e equitativa na perspectiva das relações de gênero. Neste sentido, as condições de inserção das mulheres na sociedade ainda carecem de ações públicas mais efetivas para que possam, de fato, serem transformadoras.

5. REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina: uma força de trabalho secundária? In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana (Org.). Organização, trabalho e gênero. São Paulo: Editora SENAC, 2007. p. 21-41.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CADERNOS DE CRÍTICA FEMINISTA. Recife: SOS CORPO, 2007.

CAMURÇA, Sílvia. 'Nós Mulheres' e nossa experiência comum. Cadernos de Crítica Feminista, Recife, ano 1, n.0, p. 12-23, dez, 2007.

Diferença salarial entre mulheres e homens. UOL notícias, São Paulo, 22 jul.2016. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/11/24/brasil-tem-maior-diferenca-salarial-entre-homens-e-mulheres.html>>. Acessado em: 22 jul.2016.

HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana. Organização, trabalho e gênero. São Paulo: Editora Senac, 2007. 360p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico Brasileiro 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=260790>>. Acessado em: 23 jul.2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico Brasileiro 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=260790&idtema=16&search=||s%EDntese-das-informa%E7%F5es>>. Acessado em: 23 jul.2016.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2013.160p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf>. Acessado em: 08 mar. 2016

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do Conhecimento: pesquisa**

qualitativa em saúde. 12ª ed. São Paulo: Hucitec, 2010. 407 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 28ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. O Poder do Macho. São Paulo: Editora Moderna, 1987. Disponível em: <<http://ujcsp.net/wp-content/uploads/2015/09/hs- O-poder- do-macho.pdf>>; Acessado em: 08 out. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>>; Acessado em: 08 out. 2016.

Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres – Brasil. Presidência da República. III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2013. 114p.

Secretaria da Mulher de Pernambuco – Governo do Estado de Pernambuco. Anuário da Secretaria da Mulher – Um novo ciclo de políticas públicas para as mulheres em Pernambuco. 2015.131p.

Secretaria Executiva da Mulher – Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes. I Plano Municipal de Políticas para as Mulheres. 2012.51p.

Secretaria Executiva da Mulher – Prefeitura Municipal de Jaboatão dos Guararapes. Prestação de Contas 2015.

VIEZZER, Moema. O problema não está na mulher. São Paulo: Ed. Cortez, 1989.